

# A EDUCAÇÃO FEMININA NO MARANHÃO IMPERIAL: A INFÂNCIA DAS MENINAS NO ASILO SANTA TERESA (1850-1870)

## FEMALE EDUCATION IN THE IMPERIAL MARANHÃO: THE CHILDHOOD OF THE GIRLS AT ASILO SANTA TERESA (1850-1870)

Raylina Maila Coelho Silva 1  
Rosyane de Moraes Martins Dutra 2

**Resumo:** O artigo objetiva apresentar dados de uma pesquisa monográfica sobre a infância vivenciada pelas meninas asiladas no Asilo de Santa Teresa no Maranhão, entre os anos de 1850 a 1870, buscando identificar a dinâmica estrutural e organizacional, normas e discursos institucionais, bem como explicitar as relações e a formação educativa estabelecidas dentro da Instituição. Dessa maneira, buscamos compreender as relações de poder que se construíam no cotidiano e nas atividades de mulheres que viviam em um espaço de reclusão, que determinava a disciplina de seus atos e de seus corpos, objetivando levá-las a um processo de aceitação de uma educação previamente estabelecida para as que ali estavam recolhidas. Com a intenção de tornar visíveis as histórias silenciadas das meninas e mulheres, cujos nomes foram esquecidos ou apagados dentro deste contexto abordado, utilizou-se como metodologia da pesquisa a análise documental de relatórios dos presidentes da Província, jornais e estatuto da instituição, a fim de explorar o contexto maranhense, a história da educação feminina e o funcionamento do Asilo de Santa Teresa. Assim como contribuições teóricas, principalmente no campo da História das Mulheres e da Infância, tem-se: Abrantes (2004), Almeida (2007), Besse (1999), Castro (2014), D'Incao (2000), Foucault (2004) e Rizzini e Rizzini (2004). Com os resultados desse trabalho foi possível compreender as intenções políticas das instituições educativas no Maranhão imperial, especificamente para as meninas que, pela reclusão e pelo asilamento, estavam submetidas ao patriarcado atuante na administração pública.

**Palavras-chave:** Infância. Meninas. Institucionalização. Maranhão.

**Abstract:** The article aims to present data from monographic research on the childhood experienced by girls in asylum at the Santa Teresa Asylum in Maranhão, between the years 1850 to 1870, seeking to identify the structural and organizational dynamics, norms and institutional discourses, as well as to explain the relationships and educational training established within the Institution. In this way, we sought to understand the power relations that were built in the daily life and in the activities of women who lived in a space of seclusion, which determined the discipline of their acts and their bodies, aiming to lead them to a process of acceptance of a education previously established for those who were gathered there. With the intention of making visible the silenced stories of the girls and women, whose names were forgotten or erased within this context, the documental analysis of reports from the presidents of the Province, newspapers and the institution's statute was used as a research methodology, in order to explore the context of Maranhão, the history of female education and the functioning of the Santa Teresa Asylum. As well as theoretical contributions, mainly in the field of the History of Women and Childhood, there are: Abrantes (2004), Almeida (2007), Besse (1999), Castro (2014), D'Incao (2000), Foucault (2004) and Rizzini and Rizzini (2004). With the results of this work, it was possible to understand the political intentions of educational institutions in Imperial Maranhão, specifically for girls who, through reclusion and asylum, were subjected to the patriarchy active in public administration.

**Keywords:** Childhood. Girls. Institutionalization. Maranhão.

- 1 Graduada em Pedagogia. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras (GEPB/UFMA). Lattes <http://lattes.cnpq.br/4214560684419134>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3372-0453>. E-mail [raylinamaila@gmail.com](mailto:raylinamaila@gmail.com)
- 2 Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação I/Universidade Federal do Maranhão, área Educação Infantil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras - GEPB/UFMA. Lattes <http://lattes.cnpq.br/3305787052738350>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4800-7493>. E-mail [rosyane.dutra@ufma.br](mailto:rosyane.dutra@ufma.br)

## Introdução

A institucionalização das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no Brasil, representa um retrato da construção de instituições que visavam, em tese, garantir direitos a estes cidadãos, primando pela educação para estabelecer a moral e os bons costumes, principalmente quando se tratava do sexo feminino. Desde a instauração das irmandades e ordens religiosas, do período jesuítico, as Santas Casas de Misericórdia e a própria criação dos asilos e casas de recolhimento, o controle desses recolhidos tinha por objetivo a perpetuação dos padrões sociais da época, tidos como essenciais para uma vida em coletividade.

Desta forma, estudar sobre asilos é traçar uma reflexão a respeito do sentido a qual a palavra asilar se destina e o que acontecia de fato no contexto dessas instituições. Trazendo para a discussão a figura feminina e a submissão a qual lhe era imposta pela educação, destaca-se o Asilo de Santa Teresa, em São Luís do Maranhão, análise desse estudo, ao qual faremos o recorte da realidade dos asilos e como as meninas eram educadas no século XIX.

Logo, tal pesquisa nos faz refletir: como era o cotidiano e a institucionalização das meninas submissas no Asilo de Santa Teresa em articulação com o momento econômico, social e cultural pelo qual passava a Província? Assim, temos como objetivo nesse artigo analisar aspectos do asilamento das meninas na cidade de São Luís, no período entre 1850-1870, como o controle e o ordenamento social, investigados a partir do Asilo Santa Teresa que objetivava a formação das mulheres para se tornarem mães e donas de casa.

Para alcance do objetivo, utilizamos a pesquisa bibliográfica, com os estudos sobre as instituições educativas no Maranhão, com foco no Asilo de Santa Teresa, e a análise documental de regulamentos da instituição, de leis e decretos da província e textos da imprensa periódica do período de 1850 a 1870, destacamos: O Artista (1868) e o Publicador Maranhense (1870), que retratavam o pensamento da época sobre a educação das mulheres, encontrado no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

A estrutura deste trabalho foi composta de forma que a introdução pudesse apresentar a temática, os objetivos e descrever a delimitação da pesquisa, assim como a metodologia utilizada para a sua realização. Na segunda seção, iremos discutir sobre asilamento e submissão e controle feminino como estratégia para a manutenção da ordem. Na terceira seção adentraremos na questão da educação das meninas do Maranhão no século XIX, trazendo os traços que explicam as formas como eram tratadas na sociedade e dentro dos espaços dos asilos.

Por essa razão, faz-se necessário a reflexão historiográfica que aborde de maneira crítica as instituições de educação das meninas e meninos maranhenses, percebendo amarras e sentidos de uma criação intelectual, como: contexto, destinação, alinhamento teórico-crítico, entre outros elementos que revelam perspectivas e posicionamentos das obras e dos autores. (BITENCOURT; GALVES, 2014, p. 13).

## Asilamento de meninas no Maranhão como estratégia para a manutenção da ordem

A história do asilamento (ou internação) de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões até hoje. A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. Irmandades e ordens religiosas, apoiadas por setores governamentais, tiveram um papel histórico estratégico no asilamento dos filhos e filhas das famílias populares (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O principal objetivo das instituições asilares era, segundo o presidente da província do Maranhão, suprir as necessidades da sociedade, utilizando-se dos braços livres, para substituir os escravos nos diferentes encargos do serviço doméstico. Nesse sentido, no Asilo do Maranhão, as internas aprendiam, além do ensino das primeiras letras, prendas do lar e noções gerais de música,

história, geografia e gramática nacional. A educação era o meio mais defendido na busca desse ideal, visto como estratégia para a manutenção da ordem, da moralidade e da produtividade das asiladas, para que um dia se tornassem cidadãos úteis a si e à sua pátria. A proposta era apostar na educação, mas numa educação para transformar o estado de calamidade no qual se encontrava a sociedade.

O Diretor do Asilo de Santa Tereza, Francisco Sotero dos Reis (1869), relatava que o cuidado com a criança pobre e desvalida, era uma ação que assegurava distanciá-la do convívio de condutas malélicas, favorecendo não apenas ela, mas toda a sociedade, pois:

Quanto mais vítimas do abandono e da miséria puderem ser arrancadas a morte prematura, ou prostituição, para serem convertidas em boas mães de família, e mulheres dedicadas ao trabalho, tanto maior benefício se fará à sociedade, que muito lucrará em ver melhoradas, no que for possível, a sorte de seus membros (RELATÓRIO DO DIRETOR DO ASILO DE SANTA TERESA, 1869, não paginado)

O foco do Estado, quanto à educação das crianças e adolescentes, era de manter o controle moral, fundamentado nos ideais de racionalidade científica: ordem e progresso. Esses ideais eram justificados pela necessidade de organização da vida urbana, com a finalidade de modificar e modernizar as cidades, assim como estabelecer novos hábitos e costumes para a população.

Nesse sentido, mesmo com os vestígios da religião, pautadas na educação do século XIX, cuja referência era manter a moral e bons costumes, com o processo de laicização, tais costumes foram sendo abandonados, mesmo que fossem considerados importantes. Mas, o foco passou a ser a educação e o preparo, principalmente das meninas para a vida e desempenho social, como no caso do que acontecia no Asilo Santa Teresa.

Os institutos/asilos, eram vistos, como lugar privilegiado, que visava salvar a infância pobre da ociosidade, da vadiagem, da prostituição, do mundo do crime, além de livrar a nação de futuros problemas. Pois, eram importantes na transformação dos deserdados, que se tornariam cidadãos de utilidade à sua pátria, devido ao preparo para o mundo do trabalho.

Foi por essa razão que o país optou pelo investimento numa política predominantemente jurídico-assistencial de atenção à infância, em detrimento de uma política de educação com acesso de todos. Tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais, e para o qual, poder-se-ia dizer como José Murilo de Carvalho (2022), estava reservada a “estadania”.<sup>1</sup>

Neste sentido, as instituições de assistência à infância, apesar de proporcionarem o acolhimento, também refletiam os padrões estabelecidos na sociedade, projetando principalmente na figura feminina os papéis que deveriam desempenhar dentro e fora desses espaços. Viver apenas para a família e se sujeitar a todas as vontades do “senhor seu marido”. Gerar filhos, servir ao marido era o seu porvir. Manter-se pura guardando-a para aquele que seria seu marido (e que não era escolhido por ela, mas pelo pai) e manter-se fiel após o casamento eram obrigações da mulher.

Esse estereótipo criado sobre a mulher (mãe-esposa-dona-de-casa) permaneceu até a Primeira República, sem muita alteração. E a casa acabava sendo o seu espaço privilegiado, qualificada pela “categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas dedicando-se integralmente à família e aos cuidados domésticos” (ALMEIDA, 1998, p. 114-5). Percebemos que nesse período, toda a educação informal dada à mulher, tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submissa ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os. Como também, conformá-la à imagem idealizada pelo ideário dominante. Ela mesma seria incapaz de ter o domínio ou direção de sua própria vida.

O modelo de família burguesa, baseado em uma conjuntura europeia, versava sobre uma mulher cuja função incluía a de proporcionar a mobilidade social da família ou a manutenção da

<sup>1</sup> É uma cultura orientada mais para o viés do Estado, como uma espécie de relação clientelista, do que para a própria cidadania (CARVALHO, 2022).

posição da família através do casamento e de sua postura como anfitriãs nas festas (D'INCAO, 2000).

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima. (...). Num certo sentido, os homens eram bastantes dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. (...) significava um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D'INCAO, 2000, p. 129-30).

A imagem de uma mulher apenas e unicamente como ornamento da casa, desinteressada dos empreendimentos políticos do marido, voltada única e exclusivamente para os assuntos caseiros. A figura forte e determinante politicamente do homem sobrepunha-se à silhueta frágil e pouco afeita às questões burocráticas das mulheres. Estas, eram como que vultos, raramente participando dos assuntos masculinos, resumidas às suas funções domésticas.

A religião, nesse sentido, repassava à sociedade o ideal de mulher, ensinando-as a aceitar sua natureza, por Deus entregada. A figura da mulher como aquela destinada a cuidar da casa, do marido e dos filhos, submissa e pura. Caso essa mulher resistisse a essa natureza, era rebelde, sendo exposta como uma contestadora dos ensinamentos doutrinários. Logo, “para que a educação das meninas seja elevada ao grau de perfeição, que é para desejar, principalmente, a parte religiosa” (MARANHÃO, 1855, p. 321).

A mulher sem religião assemelha-se àquelas lindas flores de nauseante cheiro que se deve admirar de longe, sendo que o seu contato infecciona o ar que respiramos.

É a religião que fortifica e realça as qualidades feminis; é ela, ainda, que sustenta e consola todo o indivíduo nas circunstâncias mais difíceis da vida, a bússola invariável que lhe indica os seus deveres, e o conduz ao exato cumprimento deles (FLORESTA, 2019, p. 101-2).

Percebemos, desta maneira, qualidades peculiares entre Igreja e os positivistas: ambos viam a mulher de uma forma preconceituosa, inferior ao homem em direitos e conhecimentos. Pois, como “construtora” da imagem da mulher, a Igreja, desde a época colonial, adotou a mulher com as seguintes características:

[...] o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia ao arquétipo religioso da comparação com a Virgem da religião católica (ALMEIDA, 1998, p. 17-8).

As influências oriundas da Europa, principalmente na segunda metade do século XIX, pode reforçar essa concepção de educação atrelada à conservação da ordem quando foram criadas, em todo o Brasil, casas voltadas para o ensino de ofícios com o objetivo de suprir a carência em mão-de-obra especializada que algumas províncias sofriam, além de integrar a população marginalizada à

ordem social vigente, estabelecimentos tinham como objetivos proteger as mulheres, moralmente, do mundo masculino. Proporcionavam uma formação escolar desenvolvida sob um clima de devotamento espiritual, de prevenção moral, de reforma dos costumes, muito mais centrada na aquisição de virtudes do que de conhecimentos (MUNIZ, 2003).

É nesse contexto que a educação passa a ser alvo das políticas públicas do Estado, face “[...] à necessidade de escolarização da população, principalmente das camadas populares, denunciava a esperança de se implantar um País que rumaria ao progresso e ao desenvolvimento social. Regenerar o povo era a tarefa da educação” (CARVALHO, 1989, p. 7). Logo, o ensino de ofícios passa a ser incentivado pelas administrações provinciais no Maranhão, com a finalidade de “desviar do vício inúmeros jovens, integrando-os à sociedade e beneficiando a esses próprios jovens” (CABRAL, 1984, p. 53).

A criação da Casa dos Educandos Artífices, torna efetiva essa forma de ensino, promover a educação àqueles que não tinham do que sobreviver, tornando-os úteis à sociedade, e suprir o mercado provincial com trabalhadores aptos para as atividades artesanais, os quais eram escassos, eram oferecidos pela instituição os seguintes cursos: alfaiate, sapateiro, pedreiro, marceneiro, charuteiro (CABRAL, 1984).

A questão da mão-de-obra qualificada na província atingia também as atividades agrícolas, em meio a mudanças promovidas na estrutura da Casa dos Educandos Artífices, aparecem propostas de criação de um curso agrícola. Entretanto, tal proposta só será desenvolvida em 1859 com a criação da Escola Agrícola do Cutim (CABRAL, 1984).

Cabe expor que, a preocupação dos administradores não se restringia somente à educação dos meninos abandonados e desvalidos, mas também à educação que deveria ser destinada ao sexo feminino, compreendido aqui não somente meninas pobres e desamparadas, mas também as filhas da elite, já que a classe privilegiada tinha acesso à escola já sabendo ler, escrever e fazer pequenas operações de matemática, pois a família pagava professores particulares para seus filhos, como ressalta Andrade (1978, p. 2), “a obrigação de ensinar competia, primeiramente, à família, e tanto a Igreja quanto o Estado completava o que ela não conseguiria por si só”.

Em 1855, na regência do presidente Eduardo Olímpio Machado, foi criado e inaugurado o Asilo Santa Teresa, para ensinar algumas artes, sobretudo domésticas, às moças pobres e desvalidas. Ligada à concepção de mudança na mentalidade da população e do sistema social vigente, ocorreram influências que se direcionaram diretamente sobre a condição da mulher nessa sociedade em transformação. Dentre os traços do Positivismo aproximados com a figura feminina estava a concepção de humanidade, tendo em vista que o ato de dar à luz é exclusivamente feminino e que o contato das crianças se dava, prioritariamente, pelas mães. Daí os valores de humanidade, pátria e família terem sido tão fortemente reforçados nos primeiros anos republicanos, mas não cabia a qualquer mulher o desempenho dessa simbologia, não estando incluídas negras, índias, pobres, prostitutas, feministas.

A cidadania permitida às mulheres não contemplava os mesmos benefícios sociais dos homens e, pelo contrário, ressignificou as tradicionais ações femininas já desenvolvidas na sociedade em fatores que lhes garantiria o privilégio da participação cidadã.

A família brasileira em fins do século XIX começou a ganhar novas conotações: a noção de higiene, proibição ao incesto e controle sobre casamentos de mulheres muitos mais jovens que seus maridos, demonstrando que novos modelos de constituição de casamento e família se formavam. A família nuclear nas cidades perdia a característica de muito numerosa, pois parte dos agregados gradativamente deixavam de compor o cenário econômico do país.

Tais mudanças devem ser consideradas de forma mais cuidadosa, ao saber que nenhuma delas se deu de maneira brusca. A mulher ainda era considerada a base principal da família, responsável por sua unidade. Assim, é possível destacar que:

Ideias vindas dos principais centros europeus propunham diversas reformas sociais, entre elas, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a instrução feminina objetivando assim também educar os homens, a importância da maternidade e a crença no poder da educação (ALMEIDA, 2007, p. 10).

A mãe do núcleo familiar moderno teria sob sua responsabilidade atribuições com a nação que hasteava na bandeira o lema 'Ordem e Progresso', pois a mesma almejava, com certa urgência, a formação de cidadãos, isto é, elite, amplamente capacitados para exercer cargos de dirigentes políticos.

Algumas atenções também foram voltadas para as famílias mais pobres e sem instrução/educação suficientes para desenvolver uma criação adequada. No caso das famílias pobres ou menos afortunadas, os idealizadores do regime republicano solicitavam a capacitação para se tornarem trabalhadores decentes, com preceitos morais e higiênicos, afugentando a tão miserável figura do pobre-livre-vagabundo que, por vezes, atormentou as elites agrárias e administrativas do Brasil.

O casamento teria outras bases: meninas muito mais jovens deixaram de casar-se com homens muito mais velhos, pois isso refletiria sobre a prole, considerada o futuro da nação. A sociedade precisaria de pessoas que fizessem jus à situação social vigente onde cada estrato social exerceria suas funções adequadamente e, no que lhe concerne, levariam o país à condição de nação moderna.

## **Uma instituição para as meninas maranhenses: o Asilo de Santa Teresa**

O assistencialismo, em suas primeiras manifestações, assume um caráter eminentemente caritativo. A concepção cristã que permeia a história desde o medievo alcança os séculos XVII, XVIII e XIX e tem na Igreja Católica e ordens religiosas o lócus de efetivação da beneficência. Inicialmente, era comum o abandono de recém-nascidos em portas ou altares de Igrejas, conventos e mosteiros. Tal prática, no entanto, toma nova forma com surgimento das "Rodas dos Expostos", no início do século XVIII, que, institucionalizando o ato do abandono (MARCÍLIO, 1997, p.53), criam locais especializados de depósito de crianças nas denominadas Casas de Expostos, para receber os bebês recém-nascidos colocados em portas de casas de particulares, esperando que as famílias os tomassem sob seus cuidados, livrando-os do abandono selvagem e da morte.

Em São Luís, capital e principal centro urbano da Província do Maranhão, a condição feminina não difere do restante do país, prevalecendo a mentalidade conservadora que destinava às mulheres uma educação meramente doméstica. A educação era vista como um pré-requisito para o bem-estar nacional, visto que, por meio dela, surgiria o desejado progresso econômico e social, de grande relevância no discurso republicano (CARVALHO, 1998). A mulher ganhou notoriedade em meio à sociedade, pois recaiu sobre ela a responsabilidade de manter a família, operacionalizando uma boa educação aos seus filhos (BESSE, 1999). Apesar de respaldados pelo ideal republicano, os objetivos da estrutura educacional permaneceram praticamente inalterados, ou seja, tinham a proposta de preparar a mulher para o exercício da sua missão maior: a de ser mãe, esposa e dona de casa.

A partir da década de 1840 foram fundadas em São Luís várias escolas femininas de caráter particular, destinadas a filhas da elite. Para essas moças, além de prendas domésticas, eram ensinadas a ler e escrever, noções de aritmética, dançar, tocar piano e falar francês. Mas, tal realização não se incluíam as filhas das camadas menos favorecidas do Maranhão, para as meninas pobres restavam as aulas públicas de primeiras letras ou ficavam à mercê da iniciativa da Igreja que apresentava um discurso que se casava muito bem com o caráter do Governo, bem como a ação educacional religiosa era uma forma de domesticação das consciências. Pois, toda essa preocupação com a educação feminina estava ligada a uma estratégia que Manoel (1996, p. 49) intitulou de "Teoria dos Ciclos Concêntricos": da mãe cristã para filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias para a sociedade cristã. Nesse sentido, almejava-se, em um curto período, "recristianizar" toda a sociedade moderna. E por essa razão, a Igreja Católica restabeleceria sua hegemonia, através da influência às classes dominantes da sociedade, vinculando-os a ideia de cristão-católicos.

Para atender a demanda das camadas menos favorecidas do Maranhão, foi criado o Asilo de Santa Tereza, através da portaria do presidente Eduardo Olympio Machado, de 16 de janeiro de 1855, com objetivo de amparar e educar as meninas desvalidas, e por fim secundário, educá-las de

maneira que possam ser com vantagens a serviço domésticos (MARANHÃO, 1858). Em 16 de janeiro de 1855 inaugurou-se o Asilo Santa Teresa, após a publicação do regulamento, que determinava que a instituição deveria abrigar 40 meninas, número esse que cresceu com o decorrer dos anos, sendo 50 no ano de 1856 e 60 em 1864.

Visando construir um espaço para melhor recolher as desvalidas, além dos fundos que já possuía, o Asilo contou com o auxílio de 12 contos de reis, para comprar e apropriar uma casa nas condições necessárias para bem servir ao intento de salvaguardar as desvalidas da Província (MARANHÃO, 1864). As grandes contribuições vindas dos Presidentes da Província demonstram uma grande preocupação com o público feminino em São Luís.

No entanto, percebe-se uma discordância entre a teoria e a prática no Asilo de Santa Teresa. O que deveria ser um espaço destinado a amparar as órfãs desvalidas da Província, a instituição acabava sendo utilizada para a educação dos filhos das famílias abastadas em São Luís. No meio de toda essa polêmica é baixada uma lei determinando que:

[...] de ora em diante não sejam admitidas no Asilo de Santa Teresa senão aqueles menores que, além das demais condições especificadas no Regulamento de 16 de janeiro de 1855, provarem que são desvalidas e órfãs legítimas ou legitimadas (MARANHÃO, 1868, não paginado)

A resolução gerou um desconforto para os que tinham filhos educados pelo Asilo. E devido a essa polêmica, sobre a quem a instituição deveria destinar-se, aos filhos legítimos ou aos órgãos, o então presidente da província, José da Silva Maya, primou por priorizar o ingresso das crianças órfãs, revogando a portaria que proibia o ingresso de meninas filhas naturais,

[...] para que no Asilo de Santa Teresa continuem a ser admitidas, nos termos daquele Regulamento, as desvalidas filhas naturais que, segundo a doutrina do Aviso de 20 de outubro de 1856, devem como órfãs ser consideradas, na conformidade da legislação do país (MARANHÃO, 1869, não paginado)

O Inspetor da Instrução Pública, Luiz Antonio e Silva afirma que a instrução para o sexo feminino “[...] deve ser harmoniosa com o lugar, que lhes está reservado na vida doméstica, quer como esposas, quer como mães de famílias ou donas de casa.” (RELATÓRIO DA INSPETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO, 1853, p. 31). Para isso aprendiam diversas atividades domésticas, além da doutrina cristã, para que pudessem ter uma vida regrada dentro dos padrões de moralidade estabelecidos, o que auxiliava, segundo a concepção da época, na formação de esposas obedientes às obrigações para com o seu futuro esposo. Uma mulher seguidora dos princípios cristãos e versada nas lides domésticas era alvo de cobiça entre os homens e exemplo para futuras pretendentes ao matrimônio. Recebiam, portanto, como ensinamento: 1º - à doutrina cristã e deveres morais, leitura, princípios gerais de gramática, escrita e aritmética de frações; 2º - a trabalhos de agulha; 3º - à prática de trabalhos de economia doméstica, como cozinhar, lavar, engomar (MARANHÃO, 1869).

Segundo Araújo (2013), o diferencial do asilo era sua função profissionalizante. No que se refere a tal afirmação, encontramos no artigo IV do Regulamento do Asilo, a seguinte declaração: “é inteiramente proibido o depósito de mulheres e meninas, quer casadas, quer para casar, ou para outros fins, que não seja o designado neste regulamento (MARANHÃO, 1855, p. 55).

O Asilo atendia três categorias de educandas: a) as numerárias, as mantidas pelos cofres provinciais, conforme o disposto no Regulamento e autorizadas pelo Presidente da Província, geralmente as oriundas da Casa dos Expostos ou aquelas que comprovasse o nível de pobreza e orfandade; b) as pensionistas que pagavam (pais, tutores, benfeitores) pela sua educação, manutenção e tratamento das enfermidades a quantia de doze mil réis mensais em prestações trimestrais; c) as supranumerárias que eram mantidas pelo tesouro público esperando a vacância de um lugar com a saída de uma numerária (MARANHÃO, 1855).

Com relação à doutrina cristã, as práticas religiosas deveriam ser a primeira e a última

atividade diária e consistiam em rezar o terço dedicado ao Imperador e toda a sua família, ao Presidente da Província e ao criador do Asilo. À noite, uma oração de agradecimento pelas tarefas realizadas, aos mestres e a todo o corpo funcional, sob a proteção da imagem do Senhor Jesus Cristo importado do Rio de Janeiro para ornamentar a pequena capela da instituição.

Para a sua manutenção, cada interna do Asilo recebia do Tesouro Provincial um auxílio mensal de 15 mil reis, o que só competia às 60 pensionistas da Província, correndo o sustento das demais por conta dos rendimentos próprios do Asilo. Os fundos que possuía o Asilo eram em sua maior parte legados, deixados por pessoas de prestígio econômico e eram empregados em apólices da dívida pública geral e provincial. Dos rendimentos destas apólices saía o sustento, vestuário e calçado das 21 meninas sustentadas pelo Asilo, além das despesas com o funeral das desvalidas que morriam, e do enxoval das que se casavam.

Do relatório do diretor do Asilo de Santa Teresa, Francisco Sotero dos Reis, dirigido à Presidência da Província em 9 de outubro de 1869, podemos colher algumas informações importantes sobre o movimento nessa instituição:

Desde 14 de março de 1855, época da fundação do Asilo de Santa Teresa, até 31 de dezembro de 1868, entraram para o estabelecimento 127 menores desvalidas, na qualidade de pensionistas da Província. Destas, morreram 6, casaram-se 10 e foram entregues a seus pais, tutores e parentes, 35. Das pensionistas desta espécie existiam no Asilo, em 31 de dezembro predito, numerárias 60, extranumerárias 16. Entraram mais para o estabelecimento no mesmo período de tempo 23 menores, na qualidade de pensionistas particulares. Destas foram entregues a seus pais, tutores e parentes, 17. Das pensionistas desta espécie existiam no Asilo, em 31 de dezembro predito, 6. Número total de pensionistas, quer da Província, quer particulares, que têm entrado para o Asilo de Santa Teresa, desde a sua instituição até 31 de dezembro do ano passado, inclusive as 6 que morreram: 150. Número total de pensionistas de uma e outra espécie, que no mesmo período de tempo têm saído do estabelecimento, quer casadas, quer solteiras: educadas 62, mortas 6. Entraram para o Asilo, no ano de 1869, 9 menores, na qualidade de pensionistas da província, e 1 na de pensionista particular. Das pensionistas da primeira espécie foram entregues neste ano a seus pais, tutores e parentes, 4; das da segunda espécie, 1. Existem atualmente no estabelecimento, pensionistas da Província, numerárias, 60; extranumerárias, 21; pensionistas particulares, 6. Número total das pensionistas de uma e outra espécie, que, no mesmo período têm saído do estabelecimento, quer casadas, quer solteiras: educadas 67, mortas, 6 (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA AMBROZIO LEITÃO DA CUNHA, 1869, p. 36).

O Asilo de Santa Teresa atendia meninas de baixa renda e/ou órfãs, para protegê-las dos vícios e perigos do mundo. Para essas meninas sem condições financeiras e sem amparo familiar, mesmo essa educação diferenciada, da agulha e linha, poderia oportunizar uma fonte de renda. Para Gondra e Schueller (2008):

É preciso, então, considerar a hipótese de que para as meninas e mulheres das camadas mais desfavorecidas, a escola primária, ao pretender promover a aprendizagem dos trabalhos de agulha, pode ter representado um meio de preparo para o exercício de ofícios remunerados, o que era fundamental para a sobrevivência daquelas mulheres e suas famílias (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p. 205-206).

Para algumas das órfãs e abandonadas, o ensino possibilitou a educação necessária para uma moça que almejam se tornar uma boa mãe e esposa, constituindo a família que anteriormente

lhe havia sido negada, assumindo assim um novo lugar social, mais respeitado do que a figura da menina enjeitada. Uma mulher sem família, sem um homem (pai, irmão ou marido) que a protegesse era considerada vulnerável, desamparada. O casamento fora construído e inventado como a salvação dessa moça. Assim, ter um marido que a protegesse e orientasse e filhos que dessem sentido à sua vida tornaram-se, via educação, uma possibilidade. Ao mesmo tempo, tal educação ajudou a naturalizar os homens como salvadores, seja no papel de maridos ou filhos

O Asilo contava para o serviço diário e administrativo de um diretor e vice-diretor, três mestras, um almoxarife, um capelão, um médico, três serventes e uma regente superiora. Era regra que a direção fosse confiada a um homem, pois ele deveria inspirar a autoridade de pai e impor o respeito às regras da casa. Suas atribuições estavam mais ligadas ao serviço administrativo e burocrático, ficando a cargo da regente zelar pelo bom andamento da rotina no Asilo. A instituição tinha um esquema de disciplinamento dos gestos, dos trabalhos, dos conteúdos escolares e da linguagem que funcionava com a finalidade de esquadriñar o tempo, o espaço e o movimento”, estabelecendo relações de “docilidade-utilidade” para o trabalho doméstico, para as aulas de primeiras letras e, principalmente, nas relações com os seus superiores. Esses mecanismos de poder eram empregados pelos diretores e pela superiora responsável pelos atos de vigilância e de punição das contravenções, respaldados pelos regulamentos, criados com a finalidade de controlar as atividades e o ritmo do aparelho disciplinador (FOUCAULT, 2004, p. 118).

Para que o aparelho disciplinador funcionasse, era necessário que a ocupação temporal das atividades das meninas fosse distribuída de modo a anular “tudo que possa perturbar e distrair, trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (FOUCAULT, idem), mesmo para aquelas de menor idade. Regulação do tempo que começava nas primeiras horas da manhã e terminava à noite, como evidencia a tabela que segue.

**Quadro 1.** Distribuição das atividades das educandas

DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
5:30	Asseio das meninas
6:00	Oração do matutina
7:00	Aulas de primeiras letras
8:00	Primeira refeição do dia
9:00	Atividades de estudo
11:00	Aulas de costura
12:30	Descanso
13:00	Almoço
14:30	Aulas de Costura
17:00	Merenda
18:00	Doutrina Cristã
20:00	Ultima refeição
21:00	Recolhimento para os dormitórios

**Fonte:** Regulamento do Asilo de Santa Teresa (1856).

A disciplina imposta garantia uma organização racional das ações vista à qualidade do tempo, dividi-lo para especificar cada atividade com tempo de duração tornando-o totalmente útil. Percebe-se uma rigidez na rotina e o contato com o mundo exterior restrito, porém tal modelo era considerado o ideal para a efetivação do projeto de moralização.

Em muitas situações as meninas se viam obrigadas a abandonarem hábitos familiares e absorverem outros, sob pena de serem advertidas, repreendidas ou punidas por desrespeitarem as normas de comportamentos. A vigilância contribuiu para generalizar a disciplina, tendo em vista que sabiam que eram objeto de observação tanto por parte dos funcionários como por parte das próprias colegas. Para assegurar o controle e garantir que a rotina diária fosse inculcada às meninas, eram necessárias algumas medidas como a sanção normalizadora estabelecida através da penalidade disciplinar.

O Asilo de Santa Teresa não esclarece a tipologia das faltas cometidas pelas meninas, estas poderiam relacionar-se a gravidades diferenciadas, ou a certo tipo de gravidade que se repetia mais de uma vez. Tal inexistência de um rol exemplifica totalmente expostas aos excessos dos adultos.

A educação oferecida às asiladas não era diferente das garotas frequentadoras das escolas

particulares, tanto a educação das asiladas quanto as das instituições particulares eram preparadas para a arte do bem servir a uma sociedade que, no século XIX, exigia o cumprimento das regras de civilidade. Porém, o aprendizado das asiladas das prendas domésticas servia como reforço para arranjam matrimônio ou sobreviverem com seu trabalho ao saírem do estabelecimento.

Nota-se que o casamento não era o principal destino das desvalidas, mas que estas podiam atuar na área da educação, sendo professoras, assim como também sendo domésticas, trabalhando em casas de família. Claro que o casamento tinha muita importância, mas nem todas conseguiam se casar, porém, o que a instituição prezava era que as meninas pudessem ser autônomas e poderem se autossustentar.

Sotero dos Reis também caracteriza o Asilo de Santa Tereza da seguinte forma:

Um estabelecimento, pois, que educa à sua custa um número de desvalidas já superior ao terço do das que sustenta a província, utilizando só as mestras e a casa, que tinham em todo caso de ser fornecidas, o communico assim, sem dispêndio dos cofres provinciaes, o benefício da educação pública a um maior número de necessitadas d'ella, é sem dúvida um estabelecimento utilíssimo, e digno de toda a proteção (PUBLICADOR MARANHENSE, 1870, p. 2).

Anos após a criação do Asilo, publicou-se um relatório no jornal Publicador Maranhense de 27 de maio de 1862, destacando que o local permanecia cumprindo com a sua função, bem como seguia as normas do seu fundador, a qual era dar assistência às jovens desvalidas, ofertando-as um destino distante da prostituição e miséria:

Asylo de Santa Thereza – A par do estabelecimento modelo dos educandos artifices, donde a província tem colhido tão bons resultados, vai florescendo a casa de amparo e abrigo à orphães desvalidas, Asylo de Santa Thereza. Os fructos desta magnifica instituição, já vão aparecendo, e tornando memória de seu fundador por mais título grata à nossa província, como o é do fundador da casa dos educandos. No dia 24 casou-se a educanda Maria José da Silva com o Sr. José Francisco da Cruz, moço laborioso e de bons costumes, sendo padrinhos os Srs. director e directora do Asylo, e o Sr. Dr. A. Henriques Leal e sua Exm.a esposa, tendo sido lançada a benção nupcial pelo Rvm Sr. conego Dr. Manoel Tavares da Silva. Por uma lei provincial tem cada educanda que se casa 500\$000 reis de dote e 300\$000 reis para enxovais; mas esta, como uma sua companheira, que há um mês casou-se, e mais 200\$000 deixado em um testamento às duas primeiras educandas que se casassem (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, p. 2).

O Asilo autorizava o casamento das meninas que abrigavam, desde que fosse com pessoas de confiança, homens que as honrassem e fossem trabalhadores e de bons costumes, garantindo-lhes um futuro. As desvalidas, que se casarem com licença do presidente da Província, terão um enxoval no valor de trezentos mil réis e receberão, depois de casadas, o dote de quinhentos mil réis, que será entregue ao noivo pelo Diretor no fim de oito dias (MARANHÃO, 1855). Para tanto, era pago um dote no valor fixo de 500 reis e mais 300 reais para custear o enxoval do casamento.

Mas não são taes quantias o verdadeiro dote que dá a província a estas suas filhas: o dote real, duradouro e dos quaes mais bens hão de ellas haver é a educação virtuosa, a practica dos bons-costumes, o hábito do trabalho e de economia, e tudo que pode constituir uma boa mãe de família. Estes serviços prestados à sociedade pelo estabelecimento é o que o vai tornando cada dia mais merecedor das symathias publicas (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, p. 2).

No entanto, mais importante que o dote a que as desvalidas tinham direito, eram os bons costumes que precisavam possuir, pois, eram vistos como bens de valor duradouro, que ambas levariam para toda a vida, sendo mais necessário que o valor em dinheiro. No âmbito das relações entre o poder político e a Igreja Católica, foram internalizados na brasileira, durante muito tempo, os papéis de mãe e de esposa, desempenhados num universo de submissão para muitos entendidos como necessário e benéfico. Neste mister, pensava-se em formar uma sociedade com alicerce na família cristã. A preocupação com a educação feminina era, então, de grande importância, pois a mulher virtuosa e prendada era vista como esteio moral desta família. O Asilo de Santa Teresa teve, assim, um papel estratégico na política de governo. A concessão da administração desta instituição a uma ordem religiosa nos faz pensar de que modo a Igreja Católica conseguiu institucionalizar as meninas na busca por uma moral apreciada por toda a sociedade.

Logo, as mulheres foram submetidas a currículos que privilegiam sempre os conteúdos mais simples, conjugados aos saberes relativos às práticas domésticas. A realidade da educação feminina na cidade de São Luís seguiu o mesmo padrão, exercia o objetivo de preparar as mulheres para o desempenho das funções atribuídas ao sexo feminino, a saber, as de mães, esposas e filhas, e visavam restringir as mulheres ao espaço privado do lar e sua educação às prendas domésticas.

Segundo Abrantes (2004), o condicionamento social da mulher no século XIX era ainda flagrante em São Luís, com um falso moralismo que obrigava uma conduta ilibada e fiel das mulheres livres, enquanto tacitamente permitia o abuso sexual dos homens livres com as escravas. O controle sobre a conduta, a sexualidade, a religiosidade, a maternidade, representavam uma forte vigilância sobre o corpo e a alma da mulher.

Percebe-se que a influência europeia atingiu a mentalidade burguesa brasileira e, conseqüentemente, a mentalidade maranhense à concepção de um modelo de mulher; ao que se entendia serem as vias oficiais e decentes pelas quais ela deveria seguir para tornar-se uma mulher honesta. Ser mulher era não passar as raias da moralidade dominante. Era não se desviar, mas submeter-se, pois, na época, insubmissão e insanidade mental eram consideradas sinônimos ou conseqüências mútuas; uma resvalando ou conduzindo à outra.

Visto que, a mulher era salvação e danação: um ser ambíguo, por isso, perigoso, necessitando ser subjugada às normas que assegurassem “o cumprimento do papel social de esposa e mãe [...], a vitória do bem sobre o mal” (ENGEL, 2000, p. 332). Buscamos aqui oferecer uma visão a respeito dos discursos sobre a educação das asiladas do Asilo de Santa Teresa; as fontes para essa reflexão é o jornal *O Artista* e as ideias do seu redator Miguel Viana Ferreira que se destinou a atender a uma clientela direcionada, a saber, os artífices maranhenses. Segundo esse jornal, artífices são todas as pessoas que trabalhavam no comércio, na lavoura e na indústria, com atividades específicas, a exemplo de carpinteiro, ferreiro, modista, marceneiro, dentre outras profissões manuais.

Segundo Almeida (2005), esse jornal foi criado e redigido pela família Vieira Ferreira. O tenente-coronel Fernando Luiz Ferreira e seus filhos Luís, Joaquim e Manoel, sendo que este era o seu redator. Para o autor citado, sua circulação ocorreu em dois períodos distintos: o primeiro deu-se em 1862 e 1863, e o segundo em 1868 e 1869. Esse jornal constituiu-se na principal fonte para compreendermos o movimento da educação profissional maranhense no período imperial e a sua importância deve-se às críticas ao governo e às propostas sobre o ensino das artes e dos ofícios. Apesar de centrar-se na realidade da província, as reflexões dos redatores abrangem aspectos nacionais e internacionais, tendo como referência São Paulo, o Rio de Janeiro, a Europa e os Estados Unidos. A sua redação estava a cargo dos irmãos-engenheiros da família Vieira Ferreira e era distribuído na livraria de Ramos de Almeida através de venda avulsa ou assinatura. Por tratar de temas diversos, nos centramos somente nas matérias sobre educação que o Asilo oferecia para as meninas.

No jornal *O Artista*, em 8 de novembro de 1868, no artigo sobre a Educação da Mocidade Artífice e o Asilo de Santa Tereza obtivemos uma análise da função social dessa instituição destinada à educação da mocidade feminina. Segundo o jornal,

[...] o sexo feminino é o mais fraco, e o que encontra mais dificilmente os meios de prover a sua subsistência pelo seu trabalho honesto; mas por outro lado, é muito grande a sua força porque se as mulheres em si representam um fraco papel

em nosso sistema social, por outro lado devemos nos lembrar que as mulheres são as mães dos homens [...] (JORNAL O ARTISTA, 1868, não paginado).

Através desse discurso percebe-se a afirmação da fragilidade do sexo feminino, pretendia estimular a educação das mulheres pobres para um ofício que as fizesse ganhar o sustento honestamente, não sendo um peso para suas famílias, nem vítimas da prostituição a que poderiam ser conduzidas diante da miséria. No entanto, não deixava de lembrar o papel de mãe exercido pelas mulheres e sua importância na educação dos filhos e nos valores e virtudes ensinadas por estas aos filhos no seio da sociedade.

As mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas 'prezadas domésticas'— orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole (FALCI, 2006, p. 249).

Percebe-se que a educação feminina oferecida no período reproduzia os valores sociais e morais vigentes. O ideário de fragilidade, inferioridade e submissão construído pela sociedade brasileira, influenciada principalmente pela Igreja Católica, caracterizava-se por uma formação mais moral e menos intelectual, embora com algum fundamento científico, considerando que a mulher deveria continuar a desempenhar, de modo mais perfeito, o seu papel de esposa e mãe prezada e virtuosa.

Filhas, elas respeitam seus pais, lamentando no silêncio da alma suas faltas, seus crimes, se os cometem, sem que a mais ligeira censura lhes escape dos lábios; Esposas, seu coração se compenetra religiosamente de seus deveres, e folgam de sacrificar a seus esposos toda a ventura de sua vida, antepondo a sua inconstância ou a sua dureza a incessante prática das virtudes domésticas; Mães, dirigem com perseverante zelo a educação de seus filhos, afastando-os dos cardos, que lhes juncam o trânsito da primeira mocidade, e chorando seus desvios quando não podem deles preservá-los! A vida é para tais naturezas uma luta constante, de que saem sempre vitoriosas, mas não felizes, porque não podem harmonizar seus nobres sentimentos com a degeneração de seu semelhante, que amam, e que desejariam ver trilhando a senda da moral e da equidade (FLORESTA, 2019, p. 80-1).

O jornal O Artista teve como finalidade demonstrar a importância do trabalho feminino das meninas pobres e desvalidas, por isso criticava o fato do Asilo Santa Tereza não cumprir seu papel para a formação e profissionalização dessas mulheres, para conseguirem sobreviver dos seus próprios meios quando saíssem da instituição. Acreditava que, em vez dessas mulheres, ao saírem educadas viessem pesar sobre qualquer pai de família, era preciso dar-lhes uma educação mais elevada e fazer-lhes compreender que só estariam educadas quando, pelo seu trabalho, pudessem manter honestamente a sua subsistência, qualquer o que fosse o trabalho a que deviam se submeter; porque o trabalho não desonrar, pelo contrário eleva e enobrece.

O Jornal O Artista (1868), defendia uma educação que não era voltada para a submissão das meninas e criticaram o procedimento do Asilo para receber as órfãs e desvalidas, pois era necessário que na entrada da menina na instituição, ocorrida geralmente quando ainda era criança, alguém decente da sociedade se obrigasse a recebê-la em sua casa, depois que completasse 18 anos. Nesse sentido, a instituição falhava ao fim proposto que era proteger as meninas.

Os redatores enfatizavam que o Asilo, deitando-se do seu seio uma pupila de 20 anos,

deveria ter-lhe proporcionado os meios para que com o seu próprio trabalho mantivesse a sua subsistência, e deveria por tal forma ter plantado a virtude no coração para que essa infeliz criatura não descesse à prostituição, aberrando os princípios que recebia no estabelecimento. Enquanto uma moça não tivesse os meios para viver do seu trabalho, exclusivamente, enquanto não tivesse a virilidade precisa para não se desvirtuar, ela não estaria educada. O fim do Asilo não pode ser ensinar a coser, a fazer flores, doces, isso é necessário, mas não basta.

D'Inção (2000) mostra que as mulheres casadas ganhavam uma nova função, a de contribuir para o projeto familiar de mobilidade social, por postura feminina nos salões, como anfitriãs, e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Percebe-se o reforço da ideologia ideal de mulher: ser mãe, dedicada, recatada e atenciosa.

Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que seria importante que as próprias mães cuidassem da primeira educação dos filhos, não deixando suas crias aos cuidados das amas, negras ou “estranhos”, “moleque” de rua (D'INCAO, 2000, p. 229). Tem-se aqui, o perfil da mulher do lar.

Assim, o sucesso das famílias burguesas no século XIX, passa a depender o desempenho das mulheres no espaço doméstico. Não se pode esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e, em simultâneo, reserva para as mulheres novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico.

A vós, pais de família, a vós cumpre remediar os erros das gerações extintas! Educai vossas filhas nos sólidos princípios da moral, baseada no perfeito conhecimento de nossa santa religião, no exemplo de vossas virtudes, quer domésticas, quer cívicas. Em vez da leitura de inflamantes e perigosos romances, que imprudentemente lhes deixais livres, fornecei-lhes bons, escolhidos livros de moral e filosofia religiosa, que formem o seu espírito, esclareçam e fortifiquem sua razão. A história, principalmente a de nossa terra, de que bem poucas se ocupam, é um estudo útil e agradável, mais digno de ocupar as suas horas vagas que certos contos de mal gosto inventados pela superstição ou fanatismo ignorantes para recrear a mocidade sem espírito. Fazei-lhes compreender desde a infância que a mulher não foi criada para ser a boneca dos salões, a mitológica ridícula divindade, a cujos pés queimam falso incenso os desvairados adeptos do cristianismo. Inspirai-lhes o sentimento de sua própria dignidade e a firme resolução de mantê-la intacta e vantajosamente por ações dignas da mulher, dignas da cristã, dignas da humanidade (FLORESTA, 2019, p. 118).

Segundo os redatores do jornal, as educandas deveriam se sujeitar aos serviços como quaisquer criadas na Europa, devendo saber fazer todo o serviço que se refere a uma mulher; mas isso não bastava. Era preciso que tivessem uma moralidade muito firme, era necessário que reconhecessem que não lhes ficava mal, serem alugadas como criadas em casas decentes de famílias, era preciso que fossem obrigadas a adaptar essa vida ao sair do Asilo, para que pudessem desenvolver valor pelo trabalho profissional.

Embora o Asilo oferecesse um dote de 500 mil réis às educandas que se casassem, visto que o casamento era a principal alternativa de proteção para as mulheres pobres, na opinião dos redatores, seria melhor habituar uma moça para ganhar por si só muitos 500, do que dar-lhe 500 e um marido que trabalhe para ela. O casamento passava a ser analisado como uma forma legal de prostituição, pois a mulher vendia o seu corpo para um único homem, numa relação em que o homem oferecia proteção e amparo e a mulher apenas o corpo como uma moeda de troca.

Para o jornal, a educação feminina deveria profissionalizar a mulher, principalmente as pobres, pois se tornando trabalhadoras poderiam contribuir com a sociedade, exercendo uma profissão remunerada, havendo muitas profissões as quais poderiam e deveriam ser exercidas de preferência por mulheres, mas assim não acontecia devido ao estado semibárbaro, que não

permitia raciocinar sobre essa questão.

Logo, à luz da docilização do corpo, a mulher ideal é aquela que sabe cuidar da casa e dos filhos, é a mulher prendada, bela, recatada e do lar. Como apresenta as práticas vivenciadas pelas asiladas, tanto no jornal quanto no Regulamento do Asilo de Santa Teresa, percebemos que o papel feminino impõe a total submissão ao homem, instaurando assim o poder disciplinar do corpo da mulher. No século XIX o único espaço da mulher abastada era a esfera privada, a casa, pois “as casadas dedicam-se ao cuidado com a administração do lar, enquanto as solteiras aprendem a cozinhar, como se estivessem se preparando para o lar que ainda não possuíam” (CASTRO, 2014, p. 20).

A educação das pobres e desvalidas do Asilo de Santa Teresa proposta por Sotero dos Reis pode refletir as mudanças que estavam ocorrendo na Província no século XIX, na tentativa de implantação uma sociedade progressista e civilizada. Se, quando da sua criação, o objetivo da instituição era formar mulheres para o matrimônio, quando do seu término, há uma forte evidência de que era preciso uma formação mais ampla e que envolvesse um conjunto de saberes e práticas capazes de capacitá-las para exercer diversas atividades, dentre as quais a docência (CASTRO; CASTELLANOS, 2021).

Contudo, a mulher, pelo seu trabalho e participação no sustento da família, atingia um patamar de igualdade com seu companheiro. Só não havia simetria de direitos quanto à questão da infidelidade que, no caso feminino, era um desvio geralmente punido com morte, enquanto a infidelidade masculina era tida como consequência da natural virilidade.

A conduta desviante de algumas mulheres as conduziu para o concubinato, para a discriminação, para os crimes passionais, para o labor fora do espaço doméstico (muitas vezes acompanhadas de seus filhos), para a insubmissão, para o ofício das letras, para a sobrevivência, para o ser mulher.

## Considerações Finais

A criação de instituições femininas tinha um objetivo de preparar meninas pobres para uma vida de trabalho e de honestidade, em harmonia com o lugar social a que estavam destinadas, e que era plenamente assumido. Daí que o papel educativo do trabalho fosse muitas vezes realçado, surgindo a chamada educação doméstica, como uma área de formação relevante. Pretendia-se, ainda, evitar que essas jovens se transformassem num elemento social perturbador. Estava subjacente a estas instituições, em termos gerais, um projeto de regeneração moral por via da educação.

No caso específico do Asilo de Santa Teresa, a sua finalidade era recolher meninas pobres e desvalidas e oferecer-lhes uma educação para o lar, de modo que, quando adultas, se tornassem boas mães de família ou, em alguns casos, educadoras dos filhos das famílias abastadas maranhenses. A escola se preocupava em formar futuras donas de casa, mesmo quando muitas delas se tornaram professoras primárias, pois eram oferecidas as instruções básicas e o conhecimento dos dotes de uma boa esposa. Todas as atividades eram seguidas com horários rigorosos e punições dolorosas, correspondendo à quantidade e ao limite da infração cometida pela educanda. Os relatórios da instituição são bem claros ao tratar dos deveres das educandas, e os relatórios da Província nos fizeram enxergar a realidade da instituição.

Refletimos, assim, sobre o relevante papel que teve o Asilo de Santa Teresa para a educação feminina, onde ficou claro como a instrução pública estava intimamente vinculada à Igreja e, em simultâneo, ao Estado, nas diversas instituições da província do Maranhão.

Desse modo, a sociedade buscava “civilizar” as camadas potencialmente perigosas (órfãs, expostas, desvalidas, ingênuas, etc.) por meio dos mais variados tipos de instituições. O isolamento dessa camada da população era justificado, teoricamente, pela ideia de preservar a moral e os “bons costumes” da sociedade. Assim, a educação era percebida como um dos meios de “civilizar-se”, sair da “barbárie”, de transformar o comportamento humano (ELIAS, 1994, p. 89).

Constatamos ainda que há uma necessidade de mais pesquisas na área da Educação, Psicologia, Sociologia e Antropologia que investiguem a História da Infância e das Mulheres no

Maranhão, desejando que esta pesquisa estimule novos pesquisadores na busca de desvelar o passado da criança e da mulher pobres e desvalidas no Maranhão.

## Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís/MA: Editora EDUFMA, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Edunesp, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **O anjo reificado: sentido do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

ANDRADE, Antonio Sousa Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ARAÚJO, Claudiane Santos. **Infância negada: um estudo das relações sociais das negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870)**. 2013. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 - 1940)**. São Paulo: EDUSP, 1999.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**. 24/06/2001, p. 8. Disponível em: [http://ced2.ufam.edu.br/admpublica/file.php/19/Artigo\\_at\\_1.pdf](http://ced2.ufam.edu.br/admpublica/file.php/19/Artigo_at_1.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, V. V. **Feitiços velados às gentis leitoras: cinco mulheres no Jornal das Famílias**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará: Belém, 2014.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. A instrução de meninas no Asilo de Santa Teresa (Maranhão/ 1856-1871). **História da Educação**, v. 25, e100340, 2021.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma História dos costumes**. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São paulo: contexto, 2000. p. 322-61.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no setor nordestino. In: DEL PRIORI, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Brasília: Senado Federal, 2019.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História no Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MUNIZ, D. C. G. **Um toque de gênero: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892)**. Brasília: EdUnB; FINATEC, 2003.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

Fontes históricas

MARANHÃO. **Regulamento do Asylo de Santa Teresa de 14 de janeiro de 1856**. Collecção dos regulamentos expedidos pelo governo da Província do Maranhão. São Luís: Typografia Temperança, 1858.

MARANHÃO. **Coleção de leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão (1852-1858)**: regulamentos e outros atos da Presidência da Província do Maranhão de 1854 e 1855 (Lei nº 367 de 24 de julho de 1854). São Luís, 1854.

MARANHÃO. **Relatório da inspetoria da instrução pública**. [Luis Antonio e Silva] para digníssimo presidente da província Senr. Dr. Eduardo Olímpio Machado, 25 abr. 1853.

MARANHÃO. **Regulamento do Asylo de Santa Teresa de 14 de janeiro de 1856**. Collecção dos regulamentos expedidos pelo governo da Província do Maranhão. São Luís: Typografia Temperança, 1858.

MARANHÃO. Regulamento de 2 de fevereiro de 1855. In: CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

MARANHÃO. **Relatório** com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província, Dr. Antonio Alves de Sousa Carvalho passou a administração ao Senhor 1º Vice – Presidente, Dr. Manuel Jansen Ferreira, no dia 04.04.1867.

MARANHÃO. **Relatório** com que o excellentissimo senhor presidente, desembargador Ambrozio Leitão da Cunha, passou a administração d'esta provincia ao excellentissimo senhor primeiro vice-presidente, doutor José da Silva Maya no dia 4 de abril de 1869. S. Luiz do Maranhão, Typ. Commercial de A.P. Ramos de Almeida, 1869.

MARANHÃO. **Relatório** do Estado do Asylo de Santa Theresa. [Francisco Sotero dos Reis] para o presidente da província Senr. Dr. José da Silva Maya, 08 abr.,1869.

MARANHÃO. **Lei nº 768** de 20.04.1868: Contém diversas disposições sobre o regime interno do asilo de Santa Thereza.

MARANHÃO. **Lei nº 787** de 11.07.1866: Contém diversas disposições sobre o regime interno do asilo de Santa Thereza.

MARANHÃO. Estatuto do Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios. Leis e Regulamentos (1835 – 1840). Regulamento do Asilo Santa Tereza. In: Maranhão. **Coleção de leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão (1852-1858)**: regulamentos e outros atos da Presidência da Província do Maranhão de 1854 e 1855 (Lei nº 367 de 24 de julho de 1854). São Luís, 1854.

MARANHÃO. **Lei nº 720** de 23.07.1864: Eleva a 60 o número de meninas desvalidas do Asilo de Santa Thereza e altera algumas disposições do regulamento de 16.01, 1855

**O ARTISTA. São Luís:** Tipografia da Folha, 1868-1869.

**PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís:** Biblioteca Pública Benedito Leite, 1862, 1870.

Recebido em 06 de dezembro de 2022.  
Aceito em 16 de janeiro de 2023.